REQUERIMENTO Nº _____, DE 2015 (Do Senhor Julio Lopes)

Requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública para discutir formas de implementação de faixas e corredores exclusivos para ônibus urbanos.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos regimentais e ouvido o Plenário, a realização de audiência pública para discutir formas de implementação de faixas e corredores exclusivos para ônibus urbanos.

Para tanto, solicito a participação dos seguintes expositores:

- Do Senhor Dario Rais Lopes, Secretário Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades:
- Do Senhor Eurico Divon Galhardi, Presidente do Conselho Diretor da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos – NTU;
- Do Senhor Gilberto Perre, Secretário Executivo da Frente Nacional de Prefeitos - FNP.

JUSTIFICAÇÃO

Os entraves à mobilidade há muito afligem as populações urbanas de nosso país. As horas consumidas para realizar a simples obrigação de deslocar-se para o local de trabalho representam custos inadmissíveis e, sobretudo, privação de tempo disponível para dedicar-se a outras atividades produtivas, à família e ao lazer. A

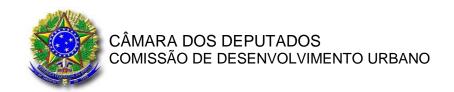
rotina de congestionamentos nos grandes centros urbanos tornou-se um teste diário de paciência e resistência à maioria das pessoas, sem mencionar os custos ambientais provocados por uma massa desorganizada de veículos.

Esse quadro demanda soluções emergenciais. O Poder Público não pode mais postergar intervenções reparadoras que logrem converter o tumulto de automóveis num verdadeiro sistema de transportes, organizado, inteligente e eficaz.

É de se reconhecer iniciativas recentes do Governo Federal destinadas a superar os gargalos da infraestrutura de transportes, sobretudo, mediante obras de grande envergadura incluídas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Muitas delas, porém, têm provocado mais frustrações que soluções, uma vez que a complexidade dos projetos e as dificuldades inerentes à execução de obras de grande porte levam a atrasos, adiamentos e, frequentemente, novos aportes financeiros. A gravidade da situação, no entanto, demanda soluções rápidas, com resultados palpáveis no curto prazo.

Some-se a essa urgência os recentes índices desanimadores do desempenho econômico do país, a necessidade de combinar rapidez com economia avulta com reivindicações pressurosas de primazia. É óbvio que antes de investir recursos e energias em alternativas custosas e complexas, a prudência recomenda que se tente antes opções mais simples e baratas. Um planejamento consistente em que figurem corredores exclusivos de ônibus associados com o mobiliário de trânsito pertinente pode alcançar benefícios de curto prazo para os usuários e, ao mesmo tempo, reduzir o fluxo de veículos nas vias públicas.

Estudo recente da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos – NTU, revela que, embora transportem 20% da população, os veículos particulares ocupam 60% das vias públicas. Inversamente, os ônibus ocupam 25% das vias, apesar de responsáveis por transportar 70% da população. Esses números agridem não somente o senso mais elementar de equanimidade – agridem a própria lógica e apontam inequivocamente o caminho da priorização do transporte público por ônibus. Como nota de estímulo, observamos que já existem planos de circulação de ônibus que operam segundo esta perspectiva de racionalizar e priorizar essa modalidade de transporte. É o caso de Curitiba, Goiânia, Rio de janeiro e São Paulo.



É fundamental que saibamos aproveitar as experiências exitosas, replicando-as e aprimorando-as.

Dessa forma, acreditamos ser de interesse desta Comissão ouvir da Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana o que vem sendo feito para franquear as vias públicas para o transporte por ônibus, seja em termos de apoio às prefeituras, seja em termos de estímulos a faixas exclusivas ou aparatos semelhantes. Também seria oportuno ouvir de um representante da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos – NTU, as propostas e sugestões que essa associação tem a fazer nesse sentido.

Pelo exposto, requeiro a Vossa Excelência, nos termos regimentais e ouvido o plenário, a aprovação do presente requerimento.

Sala das Comissões, em de setembro de 2015.

Deputado **JULIO LOPES**PP/RJ